

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2008

Modifica a Constituição Federal para estender ao suplente de Senador as normas disciplinares relativas à ética e ao decoro parlamentar aplicáveis ao titular e para que seja considerado procedimento incompatível com o decoro parlamentar o desvio de conduta praticado antes da diplomação.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os [artigos](#) 46 e 55 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 46.
.....

§ 4º Os suplentes sujeitam-se, no que couber, às normas disciplinares relativas à ética e ao decoro parlamentar aplicáveis aos titulares. (NR)"

"Art. 55.
.....

II – cujo procedimento, ainda que anterior à diplomação, for declarado incompatível com o decoro parlamentar.

..... (NR)"

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Trazemos ao debate desta Casa a proposta de emenda à Constituição em tela, com o objetivo de propor duas alterações ao texto

constitucional no que se refere à moralização do exercício da atividade parlamentar.

A primeira objetiva estender ao suplente de Senador, no que couber, as normas constitucionais relativas à ética e ao decoro parlamentar aplicáveis ao titular, de modo a impedir que assuma o mandato de Senador da República, em substituição ou como sucessor do titular, o suplente sem condições morais para tornar-se membro desta respeitável instituição.

Essa primeira alteração proposta aspira a superar o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assunto, tal como o que foi expresso no julgamento de Mandado de Segurança, relatado pelo Ministro Célio Borja, assim expresso:

As restrições constitucionais inerentes ao exercício do mandato parlamentar não se estendem ao suplente. A eleição e o exercício do mandato de prefeito não acarretam a perda da condição jurídica de suplente, podendo ser legitimamente convocado para substituir o titular, desde que renuncie ao mandato eletivo municipal. ([MS 21.266](#), Rel. Min. Célio Borja, julgamento em 22-5-91, *DJ* de 22-10-93)

O suplente de Senador deve ter vida pessoal e atividade profissional compatíveis com as exigências éticas inerentes ao cargo eletivo de Senador da República, o qual poderá vir a ocupar como substituto eventual ou como sucessor do titular, no caso de vacância.

A segunda alteração objetiva modificar o inciso II do art. 55 da Constituição Federal para que seja considerado procedimento incompatível com o decoro parlamentar o desvio de conduta praticado antes da diplomação.

Trata-se de medida que vai ao encontro do princípio da moralidade pública, expressamente previsto no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, e também ao disposto no § 9º do seu art. 14, com vistas a considerar *a vida pregressa do candidato* a detentor de mandato eletivo.

A necessidade de preservar a credibilidade das magnas instituições da República exige do detentor do mandato de Senador o compromisso de não desapontar a sociedade, em razão de comportamento

pessoal censurável, que possa reverberar sobre seus Pares e no próprio Senado Federal.

Tal como qualquer instituição, a honra desta Casa é o resultado da atuação de cada um de seus membros e, assim, da natureza político-institucional dos seus mandatos, que resultam do voto popular. Dessarte, os senadores e seus suplentes devem atender às exigências inerentes ao exercício parlamentar, especialmente, servir de exemplo aos cidadãos do País em termos de retidão moral.

Entendemos que a aprovação do Projeto contribuirá, também, para evitar que exerça a atividade parlamentar quem tenha contra si a desconfiança da sociedade brasileira quanto a sua conduta antes de assumir o cargo de Senador.

Acreditamos que teremos a compreensão de nossos Pares para a aprovação da Proposta, tendo em vista os casos que envolvem suplentes de Senadores e que se constituem em fonte de constrangimentos e dissabores para os membros desta Casa.

Sala das Sessões,

Senador ARTHUR VIRGÍLIO

PEC – Modifica a Constituição Federal para estender ao suplente de Senador as normas disciplinares relativas à ética e ao decoro parlamentar aplicáveis ao titular e para que seja considerado procedimento incompatível com o decoro parlamentar o desvio de conduta antes da diplomação.

| | |
|-----------|--|
| <u>1</u> | |
| <u>2</u> | |
| <u>3</u> | |
| <u>4</u> | |
| <u>5</u> | |
| <u>6</u> | |
| <u>7</u> | |
| <u>8</u> | |
| <u>9</u> | |
| <u>10</u> | |
| <u>11</u> | |
| <u>12</u> | |
| <u>13</u> | |
| <u>14</u> | |
| <u>15</u> | |
| <u>16</u> | |

PEC – Modifica a Constituição Federal para estender ao suplente de Senador as normas disciplinares relativas à ética e ao decoro parlamentar aplicáveis ao titular e para que seja considerado incompatível com o decoro parlamentar o desvio de conduta antes da diplomação.

| | |
|-----------|--|
| <u>17</u> | |
| <u>18</u> | |
| <u>19</u> | |
| <u>20</u> | |
| <u>21</u> | |
| <u>22</u> | |
| <u>23</u> | |
| <u>24</u> | |
| <u>25</u> | |
| <u>26</u> | |
| <u>27</u> | |
| <u>28</u> | |
| <u>29</u> | |
| <u>30</u> | |
| <u>31</u> | |
| <u>32</u> | |

PEC – Modifica a Constituição Federal para estender ao suplente de Senador as normas disciplinares relativas à ética e ao decoro parlamentar aplicáveis ao titular e para que seja considerado procedimento incompatível com o decoro parlamentar o desvio de conduta antes da diplomação.

| | |
|-----------|--|
| <u>33</u> | |
| <u>34</u> | |
| <u>35</u> | |
| <u>36</u> | |
| <u>37</u> | |
| <u>38</u> | |
| <u>39</u> | |
| <u>40</u> | |
| <u>41</u> | |
| <u>42</u> | |
| <u>43</u> | |
| <u>44</u> | |
| <u>45</u> | |
| <u>46</u> | |
| <u>47</u> | |
| | |

| | |
|-----------|--|
| <u>48</u> | |
|-----------|--|